

Pânico moral, gênero e poder: reflexões sobre a agenda conservadora no cenário político atual

Lorena Silva Martins/ UNILA/Paraná

Resumo

Este trabalho propõe uma reflexão sobre as estratégias discursivas e políticas do conservadorismo mundial e nacional que se colocam na contramão de pautas sociais progressistas relacionadas a gênero e sexualidades, produzindo contextos de violência, exclusão e precarização para sujeitos dissidentes das normas de gênero e sexualidade. Parte-se da compreensão de que a infância e a educação têm ocupado posição central nas disputas contemporâneas em torno desses temas, sendo frequentemente mobilizadas por grupos conservadores como territórios privilegiados para a difusão de discursos de proteção, controle e regulação moral. Nesse contexto, toma-se como exemplo ilustrativo a produção e lançamento dos livros infantis *Ele é Ele* e *Ela é Ela* (2025), de autoria do Deputado Federal Nikolas Ferreira e da Deputada Estadual Ana Campagnolo. Entende-se que tais publicações constituem uma expressão específica de uma agenda discursiva mais ampla de enfrentamento às pautas de gênero e diversidade sexual, que reafirma identidades binárias e valores cristãos em resposta à chamada “ideologia de gênero” e busca influenciar práticas educativas, culturais e formas de compreensão da infância. Para a discussão, utiliza-se o pânico moral na compreensão de processos em que determinados temas sociais são representados como ameaças existenciais à “ordem social” ou aos valores tradicionais, mobilizando medos e inimigos fantasmáticos para legitimar respostas políticas excludentes.

Palavras-chave: Gênero; agenda conservadora; pânico moral.¹

Introdução

Esta reflexão emerge de uma pesquisa mais ampla dedicada ao mapeamento e à análise de livros destinados às infâncias que apresentam representações homoafetivas, desenvolvida a partir do levantamento de obras em circulação no Brasil, na Argentina e no Paraguai. A investigação busca compreender como a homoafetividade aparece nesses livros. Parte-se do entendimento de que os livros destinados às infâncias constituem um importante artefato cultural na produção de sentidos sobre o mundo social, participando da construção de subjetividades em torno das sexualidades, das famílias e das possibilidades de reconhecimento de diferentes sujeitos e modos de vida.

¹ Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026).

Ao longo do processo de constituição do corpus de pesquisa, foram identificadas dezenas de obras que apresentam famílias homoparentais, relações homoafetivas e outras configurações familiares pouco representadas na literatura destinada às infâncias, ampliando as possibilidades de reconhecimento da diversidade humana. O próprio percurso da pesquisa evidenciou que tais produções existem e circulam na América Latina, ainda que de maneira desigual, e frequentemente são atravessadas por disputas políticas e morais. Em diversos contextos, a publicação dessas obras ocorre sobretudo por meio de editoras independentes ou pequenos projetos editoriais comprometidos com pautas de diversidade, inclusão e direitos humanos. No que se refere aos seus autores e autoras, grande parte dos livros são produzidos por autores LGBTQIAPN+ buscando por representatividade tanto de suas existências quanto de suas famílias.

No Paraguai, por exemplo, documentos oficiais têm restringido a abordagem de questões de gênero em materiais didáticos e instituições de ensino, enquanto, no Brasil, embora não exista uma proibição explícita, observa-se um cenário de forte tensão política em torno do tema. A exclusão das discussões de gênero da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), somada às recorrentes acusações de "doutrinação" dirigidas a educadores e escolas, tem produzido um ambiente de vigilância e intimidação que frequentemente desencoraja o tratamento dessas questões no espaço escolar, embora muita vezes pesquisadores, pesquisadoras e pessoas estudiosas do tema concordam que é necessário encontrar brechas para fazer um trabalho pautado nos direitos das crianças e infâncias livres. Nesse contexto, a circulação de obras que abordam a diversidade sexual e familiar ocorre em meio a disputas permanentes sobre quais conhecimentos, experiências e formas de existência podem ser legitimamente reconhecidos e compartilhados com as crianças.

Foi justamente nesse percurso, marcado pela busca por livros que representassem modos de existência homoafetivos, que emergiram os livros infantis *Ele é Ele* e *Ela é Ela*, lançados em 2025 pela Editora Vida, um selo editorial que se identifica institucionalmente como cristão. As obras são de autoria do Deputado Federal Nikolas Ferreira e da Deputada Estadual Ana Campagnolo, figuras públicas amplamente associadas a pautas conservadoras e ao combate à chamada “ideologia de gênero”. Diferentemente das obras que vinham sendo reunidas pela pesquisa, *Ele é Ele* e *Ela é Ela* despertaram interesse por outro motivo: sua publicação estava diretamente vinculada às controvérsias contemporâneas em torno do gênero e da diversidade sexual. Seus autores são figuras públicas de projeção e políticas amplamente associadas a pautas conservadoras e a posicionamentos contrários aos estudos de

gênero, às políticas de diversidade e ao reconhecimento de identidades trans, atuando de forma recorrente em agendas que denunciam a chamada “ideologia de gênero”.

O contato com essas publicações acabou produzindo um interesse em refletir um pouco mais sobre esse movimento antigênero que encontra solo fértil para disseminar o medo, nos temas associados à infância e a educação das crianças. Até então, meu interesse estava voltado para obras que ampliavam as possibilidades de representação da diversidade nos livros destinados às infâncias. A presença de *Ele é Ele* e *Ela é Ela* chamou atenção para um movimento distinto: a produção de materiais que procuram reafirmar concepções de gênero binárias e fixas, ideais normativos de família e infância em resposta aos avanços das pautas de diversidade sexual e de gênero. Considerar essas obras exigiu olhar para além de seus enredos e situá-las nas disputas políticas e culturais que atravessam o debate contemporâneo sobre gênero e sexualidade.

Infâncias em perigo?

O aparecimento dessas obras acompanha o avanço de discursos e iniciativas que tomam o gênero como objeto privilegiado de disputa política. Em diferentes países, grupos religiosos, lideranças conservadoras e representantes políticos têm se articulado em torno do combate à chamada “ideologia de gênero”, produzindo narrativas que associam as discussões sobre gênero e sexualidade a supostas ameaças à infância, à família e à ordem social. Nesse contexto, Butler (2024) argumenta que o gênero é convertido em um “fantasma” capaz de condensar medos, ansiedades e inseguranças contemporâneas, funcionando como explicação simplificada para problemas sociais complexos e como alvo privilegiado de projetos políticos conservadores.

No contexto brasileiro, tais disputas ganharam força especialmente a partir da década de 2010, quando debates sobre educação sexual, diversidade e direitos LGBTQIAPN+ passaram a ocupar posição central nas controvérsias públicas. A emergência do movimento *Escola Sem Partido*, as reações ao projeto *Escola sem Homofobia* e as sucessivas campanhas contra materiais educativos relacionados ao gênero e à sexualidade constituem exemplos de um processo mais amplo de mobilização social e política em torno da proteção das crianças. Como demonstra Vanessa Leite (2019), a infância e a adolescência tornaram-se territórios estratégicos da política sexual contemporânea, funcionando como espaços privilegiados para a disputa sobre quais valores, conhecimentos e formas de vida podem ser legitimamente reconhecidos e transmitidos. Tudo em nome de uma “infância” e “criança” em perigo.

Nessa dinâmica, crianças e adolescentes são frequentemente apresentados como sujeitos vulneráveis diante de perigos supostamente representados pelas discussões sobre gênero e sexualidade. A defesa da infância converte-se, assim, em um poderoso recurso discursivo capaz de despertar emoções, angariar apoio social e legitimar intervenções políticas. Ao mesmo tempo, observa-se que tais estratégias costumam funcionar por meio da construção de ameaças simbólicas que transformam propostas de combate à discriminação e reconhecimento da diversidade em riscos à ordem social. Se trata da produção de narrativas que organizam disputas por poder e definem quais existências podem ser visíveis, vivíveis e socialmente reconhecidas.

Diante disso, os livros *Ele é Ele* e *Ela é Ela* tornam-se relevantes para a reflexão sobre esse movimento, que toma as crianças e a infância como elementos centrais de seus discursos e ações. Paradoxalmente, em nome da defesa e da proteção das crianças, acabam por ser negados direitos fundamentais relacionados ao reconhecimento da diversidade e das múltiplas formas de existência. Sua publicação está associada às posições políticas assumidas por seus autores e dentro do contexto de fortalecimento dos movimentos antigênero. Essas obras ajudam a compreender como a infância tem sido mobilizada em disputas contemporâneas sobre gênero e sexualidade. Interessa observar como elas se articulam à produção de temores sociais, à defesa de concepções binárias de gênero e à construção de narrativas que apresentam determinadas formas de existência como legítimas, normais e naturais enquanto outras permanecem alvo de suspeição, exclusão e apagamento.

Há algum tempo, no Brasil, acompanhamos o acirramento das disputas morais e políticas em torno do gênero e da sexualidade, especialmente no campo da educação de crianças e jovens, processo que ganhou visibilidade com iniciativas como o movimento *Escola Sem Partido*². A pesquisadora Vanessa Leite (2019) demonstra como a infância e a adolescência se tornaram territórios estratégicos dessas disputas. A autora parte da hipótese de que elas não constituem temas periféricos, mas o próprio locus em que se decide a transformação da política sexual brasileira. Para tanto, mobiliza o conceito de política sexual para descrever um terreno instável no qual diferentes atores disputam o poder de definir normas, valores e formas legítimas de existência relacionadas ao gênero e à sexualidade.

Um episódio emblemático desse processo foi a polêmica em torno do projeto *Escola sem Homofobia*, elaborado com o objetivo de subsidiar ações educativas voltadas ao

² Segundo Macedo (2017) a *Escola Sem Partido* surge em 2004 e se define como “uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior.

enfrentamento da discriminação contra estudantes LGBTQIAPN+. Embora o material sequer tenha sido distribuído nas escolas, sua existência foi amplamente ressignificada por setores conservadores, que passaram a denominá-lo “kit gay”. A partir desse movimento discursivo, a proposta de combate ao preconceito foi convertida em evidência de uma suposta ameaça às crianças, aos adolescentes e às famílias. Nesse contexto, diversos agentes políticos conquistaram projeção pública ao se apresentarem como defensores da infância e dos valores familiares, denunciando uma alegada tentativa de influência sobre a sexualidade das novas gerações. Em 2017, Jair Bolsonaro, então presidenciável e posteriormente eleito presidente da República, transformou o chamado “kit gay” em um dos principais elementos de sua campanha política. Como demonstra Leite (2019, p. 123):

O próprio Bolsonaro, deputado pouco expressivo em termos de ação legislativa e mais conhecido por sua postura pitoresca e teatral, afirmou, ainda em 2017, em entrevista ao jornal Estado de São Paulo, que sua carreira política foi catapultada pelo que ele cunhou como “kit gay”.

A autora em seu estudo recuperou parte da trajetória da polêmica envolvendo o projeto Brasil Sem Homofobia, contendo as falas emitidas por parlamentares à época, muitos deles ligados à bancada religiosa, inclusive pelo deputado federal Jair Bolsonaro, que se tornaria presidente mais tarde. O episódio mencionado, bem como iniciativas mais recentes, demonstra como a defesa da infância tem sido mobilizada como um recurso estratégico para legitimar disputas sobre quais conhecimentos, temas e formas de existência podem ser reconhecidos e abordados nos espaços educativos, operando também na produção de medos e ansiedades sociais que favorecem a adesão a determinados projetos políticos e educativos.

Nesse sentido, a análise de Butler (2024, p. 12) ajuda a compreender essa dinâmica ao afirmar que:

Colocar fantasma do “gênero” em circulação também é uma forma encontrada pelos poderes existentes - estados, igrejas e movimentos políticos - para aterrorizar as pessoas de modo que elas retornem às suas fileiras, aceitem a censura e externalizem seu medo e ódio a comunidades vulneráveis.

Esse movimento se expressa, no contexto brasileiro, também na formulação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), na qual se observa que o movimento de retração das políticas públicas de enfrentamento às violências e discriminação ligados às minorias sexuais, continuou acentuado e organizado. Se nos Parâmetros Curriculares Nacionais ainda se identificava, com todas as suas limitações, a presença de temas transversais que abriam brechas para essas discussões, na BNCC ocorre a supressão explícita dos termos “gênero” e

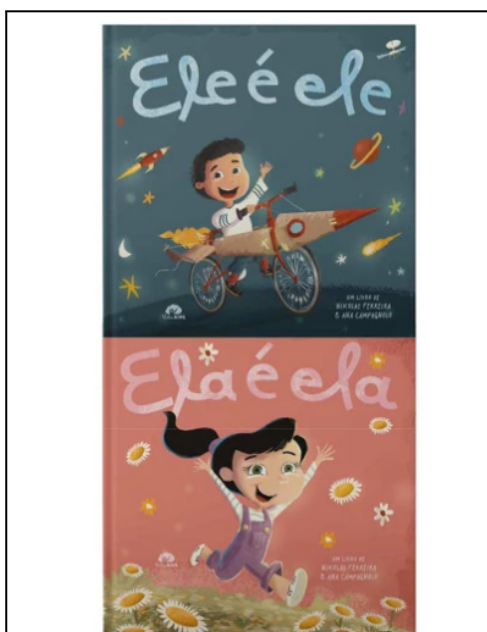
“orientação sexual” do texto final, em meio às pressões de grupos conservadores e às disputas políticas em torno da educação (Macedo, 2017).

Esse processo, entretanto, não se encerra no âmbito da política curricular nacional, mas se desdobra em diferentes escalas de regulação da educação e da infância. Observam-se, nesse sentido, movimentos recentes em níveis estaduais e municipais que apontam para a institucionalização de restrições à abordagem dessas temáticas, como por exemplo a recente Lei Estadual nº 19.776/2026, sancionada em Santa Catarina, que permite a responsáveis vetarem a participação de estudantes em atividades relacionadas à identidade de gênero, orientação sexual e igualdade de gênero. Além da referida normativa já sancionada, observa-se a existência de inúmeros projetos de lei em tramitação nas câmaras legislativas do país com esse mesmo objetivo, evidenciando que a regulação das questões de gênero e sexualidade segue sendo reiteradamente colocada em disputa no cenário político a fim de defender a manutenção de uma ordem hierárquica e excludente entre as pessoas em nome da defesa das crianças.

Ele é ele, ela é ela

Não desvinculado desse contexto e movimento, que aparentemente garante boas projeções políticas, o deputado federal por Minas Gerais Nikolas Ferreira (PL) e a deputada estadual Ana Campagnolo por Santa Catarina (PL) lançaram dois livros infantis em 2025 que tratam a identidade de gênero a uma perspectiva binária, biológica reducionista e religiosa.

Imagem 1: capa dos livros *Ele é ele* e *Ela é ela*



Fonte: catálogo online da editora.

Na página da editora responsável pela publicação do livro é informada a seguinte descrição do material:

Com uma linguagem leve e acessível, Ele é Ele e Ela é Ela ensina às crianças sobre a beleza de serem quem Deus as criou para ser [...](Editora Vida, s.d).

Conjuntamente a seguinte biografia dos autores também é informada na página da editora que promociona o livro:

Nikolas Ferreira de Oliveira nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais. É **cristão**, tem 28 anos, é **casado com Livia e pai de duas meninas**: Aurora e Serena. Formou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC) e **atualmente é presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados**. Foi o **segundo parlamentar mais votado da história de Belo Horizonte, eleito vereador em 2018**. Posteriormente, em **2022, elegeu-se para a Câmara Federal como o deputado mais votado do país e da história de Minas Gerais**.

Ana Campagnolo é deputada estadual e **entrou para a história de Santa Catarina como a mais bem votada para o cargo desde a proclamação da República**. É professora de História e com milhares de cópias vendidas. Filha de Job Campagnolo, presbítero da Igreja Evangélica Assembleia de Deus, e Raquel Teixeira, dona de casa, **foi criada em um lar cristão e foi forjada para liderar o combate ideológico contra o feminismo**. Ana Campagnolo **tem duas filhas**: Catarina e Joana. (Editora Vida, s.d, grifo nosso).

A obra é descrita como um material que, “com uma linguagem leve e acessível”, ensina crianças “sobre a beleza de serem quem Deus as criou para ser”. Nessa formulação, o gênero é apresentado como evidência naturalizada de um plano prévio e religioso. De modo conjunto, a biografia dos autores também destaca trajetórias políticas e religiosas, bem como posições institucionais no campo legislativo e educacional, ainda que não haja qualquer vinculação com campos de pesquisa ou produção acadêmica sobre infância, gênero ou educação. Há somente menção sobre terem filhas.

Apesar de não ter tido acesso ao conteúdo das obras na íntegra, algumas considerações podem ser realizadas considerando a divulgação das mesmas. Trata-se de uma produção inserida em disputas morais e políticas nas quais a produção não se ancora no saber especializado, mas na posição político-religiosa dos autores que se beneficiam da projeção que alcançaram pelos medos que são acionados referentes a essas temáticas na população em geral. Barreto (2025), por exemplo, analisa como o deputado federal Nikolas Ferreira utiliza o combate à suposta "ideologia de gênero" como uma ferramenta política e comunicacional para mobilizar sua base e consolidar o poder da extrema-direita no Brasil. Assim,

compreendemos que a obra faz parte de um projeto, que transforma grupos LGBTQIAPN+, feministas e movimentos sociais como "desviantes" e "diabólicos" que ameaçam a família tradicional e as crianças. Um mal a ser combatido.

Pensando sobre o título das obras, “Ele é ele” e “Ela é ela”, há uma questão importante, que aparece em discursos que acusam os estudos de gênero de ideológicos, quando suas próprias formulações é que são ideológicas. Por exemplo, “a afirmação de que sexo é imutável invoca uma estrutura religiosa e linguística para pensá-lo” Butler (2024, p. 126). A repetição de termos é utilizada como se fossem conceitos e imagens óbvias e universalmente assim compreendidas. Como observa Butler (2024, p. 126), “mesmo a afirmação de que sexo é sexo ou família é família, precisa demonstrar por que tais tautologias fazem sentido, por que outras formas não são possíveis. Caso contrário soa como dogma.”.

Sob essa perspectiva, o investimento crescente de lideranças políticas conservadoras na produção de materiais destinados às crianças não parece acaso. Se a infância ocupa posição central nos discursos antigênero como objeto de proteção, é também nela que se busca intervir pedagogicamente para estabilizar determinadas concepções de sexo, gênero, sexualidade e família. A produção de livros infantis desse tipo, nesse contexto, constitui um desdobramento da ação política desses agentes.

Em 2023 livro norte americano semelhante intitulado *He is he* e *She is she* Também foi lançado, com autoria de Ryan Bomberger e Bethany Bomberger, um casal conhecido principalmente por atuar em debates públicos sobre aborto, família, sexualidade e gênero, a partir de uma perspectiva cristã conservadora e pró-vida. São ainda fundadores da *The Radiance Foundation*, uma organização sem fins lucrativos que produz campanhas publicitárias, materiais culturais, como audiovisuais e livros e dão palestras em igrejas, universidades e eventos políticos.

Embora não haja indícios de uma relação direta de adaptação ou tradução, os livros *Ele é Ele* e *Ela é Ela* inserem-se em uma circulação transnacional de materiais infantis produzidos por atores cristãos conservadores, cujas formulações sobre gênero apresentam notável convergência com obras como *He is He* e *She is She*, de Ryan e Bethany Bomberger. Evidenciando que, no interior da ofensiva antigênero, o campo educacional e as infâncias constituem espaços privilegiados de disputa e de intervenção política, uma vez que a própria noção de “ideologia de gênero”, tal como mobilizada por atores do movimento antigênero, insere-se no contexto das disputas no campo da educação, já que aparentemente, segundo seus “combatentes”, é lá que ela se manifesta o qual tem como um de seus principais alvos a

infância, entendida como etapa privilegiada de formação e intervenção normativa e espaço fértil de mobilização de reações coletivas exageradas.

Considerações finais

As reflexões desenvolvidas ao longo deste artigo permitem compreender que os livros *Ele é Ele* e *Ela é Ela* se inserem no contexto do movimento de políticas antigênero e o “cenário fantasmático” criado por ele (Butler 2024). Sua publicação ilustra a centralidade que a infância adquiriu nas disputas contemporâneas em torno dos modos legítimos de existir, aprender e constituir-se como sujeito. Nesse cenário, a defesa das crianças é frequentemente mobilizada como justificativa para o cerceamento e a censura, como afirma Butler (2024, p. 59) “ao alegar a evitação de males, esse tipo de discurso, provoca um mal enorme, mas pode dar a esse mal que provoca o nome de defesa contra o mal”.

Ainda como argumenta Butler (2024), o gênero tem sido transformado em um “fantasma” capaz de condensar medos e ansiedades sociais, sendo apresentado como ameaça à infância, à família e à própria ordem social. A partir dessa lógica, sujeitos e movimentos que defendem o reconhecimento da diversidade são acusados de promover uma suposta “ideologia de gênero”, enquanto projetos conservadores de caráter moral e religioso são frequentemente apresentados como neutros ou como mera proteção das crianças. Tal dinâmica evidencia que as disputas em torno do gênero não dizem respeito apenas a diferenças de opinião, mas a conflitos sobre quais visões de mundo poderão orientar as políticas públicas, os processos educativos e as formas de reconhecimento social.

Nesse sentido, ações como a publicação dessas obras, entre tantas outras promovidas pelo movimento antigênero, convidam a questionar a recorrente construção da infância como sujeito em perigo. Afinal, de quais ameaças se busca proteger as crianças e quais crianças são efetivamente contempladas por esses discursos? Se, por um lado, a infância é constantemente invocada para justificar iniciativas de controle sobre os debates de gênero e sexualidade, por outro, crianças que vivenciam dissidências de gênero, pertencem a famílias LGBTQIA+ ou demandam reconhecimento de formas plurais de existência permanecem frequentemente excluídas dessas concepções de proteção.

Como observa Butler (2024, p. 69), “o efeito desse movimento nas políticas públicas é mais um momento em que percebemos como as visões religiosas se infiltram no governo trazendo consigo previsões catastróficas assustadoras”. Em um Estado constitucionalmente laico, a presença crescente desses discursos no campo educacional e cultural revela uma

disputa moral e também uma disputa pelos limites da democracia, do reconhecimento e dos direitos das próprias crianças.

Referências

BARRETO, Alana Maria Passos. O combate a “ideologia de gênero” no discurso de Nikolas Ferreira: uma análise sob a Teoria Queer. *Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades*. Salvador/Recife, v. 50, n. 265, p. 441- 471, maio/ago. 2025.

BOECHAT, Nara. O controverso livro infantil de Nikolas Ferreira sobre questões de gênero. **VEJA**, São Paulo, 8 out. 2025. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/veja-gente/o-controverso-livro-infantil-de-nikolas-ferreira-sobre-questoes-de-genero/>. Acesso em: 28 jun. 2026.

BUTLER, Judith. **Quem tem medo do gênero?** Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2024.

LEITE, Vanessa. Em defesa das crianças e da família: refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos "conservadores" em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 119-142, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/Cc68BmV888KZbTkwjwr495M/?lang=pt>. Acesso em: 24 jun. 2026.

MACEDO, Elizabeth. As demandas conservadoras do Movimento Escola sem Partido e a Base Nacional Curricular Comum. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 38, n. 139, p. 507–524, abr./jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/JYfWMTKKDmzVgV8VmwzCdQK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: nov. 2025.

MENEZES, Carlos André Araújo. **Expressões de uma “vingança adiada”: o kit gay e a mamadeira de piroca como movimentos performativos na linguagem**. 2024. 191 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2024. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/20018>. Acesso em: 24 jun.. 2026.